

## LIFAU, BERÇO DA NACIONALIDADE LESTE TIMORENSE

---

*Joana Ruas*

«Os padrões erguidos pelos descobridores gasta-os o tempo;  
a doutrina e a língua que difundimos,  
essas para sempre hão-de perdurar»

João de Barros (1496/1570)

Diálogo em Louvor da Língua Portuguesa

**Resumo:** Lifau foi a cidade onde as religiões, as culturas e as línguas se cruzaram e entrecrocaram caoticamente. Foi um estranho abraço entre uma entidade oriental diversificada e outra, ocidental, arrogante dos seus valores e das suas armas. Foi um abraço de desejo e de medo, o áspero combate de conviver e o desespero de ter de se alienar para sobreviver. Na Europa, com a ruína da verdade absoluta, a exigência moral de cada homem foi posta à prova nos tumultos do mundo, no choque das paixões e no desconhecido que cada um traz em si mesmo. A moral que haviam escolhido para dar uma forma ao informe da vida, enredava-se não raro nas intrigas dos poderosos e na tremenda ânsia de lucros fáceis. Como tinha surgido na Europa, a noção de nação surgiu em Timor à medida que o critério religioso foi sendo substituído por um critério social. Uma política espiritual aliada à perseverança com que Portugal defendia os povos à sua guarda de agressores externos, supriu as bases de uma fé sem teologia dos neófitos. As gerações que se lhes seguiram puderam usufruir do benefício da sua firmeza e admirar estes homens dos tempos passados cuja força, determinação e coragem moldaram as fronteiras étnicas e religiosas de uma parte do território e o perfil de uma nova nação. Os povos de Timor-Leste tiveram que viver, sem que disso tivessem consciência, a trajetória da modernidade entendida como a tradição da rutura e a aceitação de viver um tempo inédito.

\*

Quando abordamos o sentido histórico de um acontecimento vamos ao encontro de uma forma de compreensão das sociedades

implicadas no longo processo de um relacionamento cinco vezes secular como foi o de Portugal com os povos de Timor. A literatura, como reflexo da vida, esforça-se por reproduzir o processo do desenvolvimento histórico desse relacionamento. O romancista, ao fazer reviver ou ressuscitar o passado, no discurso destinado a dizer também o *Outro*, mantém uma relação de fidelidade com a realidade histórica, partilhando o desespero da modernidade face à história com Walter Benjamin que na sua Tese IX, «*Sobre o Conceito de História*», escreve: «Há um quadro de Paul Klee chamado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O Anjo da História deve ter esse aspeto. O seu rosto está virado para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Nós damos o nome de Progresso a esta tempestade.»

Para captarmos, no relacionamento entre os nossos dois povos, o que a passagem do tempo tornou invisível e as tempestades do progresso destruíram, é não só necessária a busca da fonte dos acontecimentos mas também o conhecimento do espaço em que esses povos viveram, as formas sociais que decidiram sobre a sua existência, as normas éticas conscientes ou inconscientes a que obedeciam, as suas crenças religiosas, a civilização a que pertenciam. Os alicerces, sobre os quais se iniciou a construção do edifício da identidade dos povos de Timor, foram abalados na sua continuidade histórica pela intrusão de três religiões monoteístas que se apoderaram da imensa concha deixada vazia pelo pacifismo do hinduísmo e do budismo: o islamismo, o catolicismo e o calvinismo; e por um novo centro hierárquico de poder: a Coroa de Portugal.

Artur Basílio de Sá recolheu em *Textos em Teto da Literatura Oral Timorense*, uma lenda intitulada «*O Primeiro Missionário entra em Timor*». Na lenda, o homem da batina preta, ostentando no peito estrelas e a lua, está de pé na proa do navio. Com o rosto brilhando como o sol, segurando na mão uma cruz, acenava com a direita para



Planta de Cailaco. Operações militares. Mapa de batalhas. 1727. Arquivo Histórico Colonial.  
Planta publicada por Artur Basílio de Sá em 1949.

a multidão que o rodeava, compacta como folhas de uma árvore. A lenda relata que o senhor da batina pediu que viesse alguém falar com ele e disse-lhes que ia rebocar a terra deles para Portugal. Tendo o barco começado a deslizar, sentiram um terramoto, metáfora achada pela tradição oral para o desenraizamento que sofreram em relação ao contexto geográfico e cultural em que se inseriam.

Antes da tomada de Malaca por Afonso de Albuquerque em 1511, já os portugueses sabiam da existência de Timor pois comerciava-se o sândalo nos mercados de Goa. Foram os casados de Goa e Cochim os primeiros portugueses que a Timor chegaram pelo negócio do sândalo. A Coroa apenas reservava para si os monopólios de certos produtos como a pimenta e os mercados e carreiras que os abasteciam. Artur Basílio de Sá em *Documentação para a História das Missões do Padroado Português no Oriente (Insulíndia)* vol. II pp. 345-348, transcreve a carta de 3 de dezembro de 1559 do padre jesuíta Baltasar Dias, missionário em Malaca, informando o provincial da Índia sobre o que se estava a passar em Timor. Nesta carta se diz que havia anos já que a semente do Evangelho frutificava naqueles sítios graças ao zelo particular dos moradores portugueses, pacíficos comerciantes de sândalo e à passagem casual de um ou outro religioso em viagem por aqueles mares. A data da chegada dos Portugueses a Lifau em 1515 deve-se à referência feita pelo capitão-mor de Malaca, Rui de Brito Patalim, em carta escrita de 6 de janeiro de 1514 a Afonso de Albuquerque: «A Timor quisera mandar e, por não ter junco não foram esta monção lá; para o ano prazendo a Nosso Senhor, irão lá para trazerem o sândalo; é muito boa navegação...»

Em 1561, nomeados pelo bispo de Malaca, Fr. Jorge de Santa Luzia, partiram daquela cidade a fundar as cristandades de Solor e Timor os dominicanos: Fr. António da Cruz, Fr. Simão das Chagas e Fr. Aleixo. Na costa norte de Timor, ao porto do reino de Mena chegou, em 1590, Fr. Belchior da Luz que ali estabeleceu uma cristandade e erigiu uma igreja. Diz a *História de S. Domingos* que o vigário-geral, Fr. Jerónimo Paixão, tendo enviado a Filipe III uma carta em que lhe dava conta das conversões feitas no reino de Silabão, para lá mandou, em 1633, Fr. Cristóvão Rangel que ali erigiu igrejas e desfez pagodes.

As ilhas do arquipélago da Insulíndia, célebres pelas civilizações que ali se desenvolveram sob a ação do Hinduísmo e do Budismo, tendo sido modificadas ao longo dos séculos pela contribuição do

Islão, tornaram-se num excecional lugar de encontro de culturas de um grande refinamento. Hoje, à luz dos progressos realizados nos domínios da linguística, é possível uma aproximação a estes dados feridos de obscuridade ao longo dos tempos. A primeira abordagem da língua Tétum foi feita pelo padre goês Luís Xavier de Mesquita, superior da Missão de Solor e Timor em 1871. O padre Luís Xavier de Mesquita usou o método posto em prática pelos Jesuítas portugueses de Goa e do Malabar que para a evangelização produziram as primeiras gramáticas na língua dos sacerdotes indianos. Esta obra foi prosseguida em Timor Português pelo padre Sebastião Maria Aparício da Silva a quem se deve a publicação em 1885 de um catecismo em língua Tétum e, poucos anos depois, de um dicionário e de uma gramática na mesma língua. Houve que esperar por uma nova geração de religiosos nascidos nos primeiros anos do século passado para que a propagação da fé tomasse a direção do respeito pelo espírito humano em geral e pela antropologia, a história e a etnografia em particular. Integrava este grupo o Padre Artur Basílio de Sá e o Padre Norberto Augusto Parada. Estes religiosos completaram os seus estudos no Seminário de São José em Macau. Partiram para Timor Português inspirados em Mateus Ricci (1552-1610) que tendo chegado a Macau em 1582, para a evangelização da China, ali estudou a língua chinesa. Deve-se a este jesuíta um método prático para o bom sucesso da missionação assente nos seguintes princípios: uma política de adaptação à cultura chinesa; a propagação do Fé através das elites; a propagação da Fé através do ensino; a abertura aos valores chineses e a tolerância em relação aos seus ritos.

Artur Basílio de Sá (1912-1964) foi para Timor Português em 1937 e ali exerceu os cargos de diretor da Escola de Artes e Ofícios e de professor do Colégio de Soibada. Em 1944 foi nomeado Procurador das Missões de Timor e Macau. Em 1955 ingressou como estagiário no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Publicou: *Notas sobre a Linguística Timorense, Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente-Insulíndia e Textos em Teto de Literatura Oral Timorense*. Os povos de Timor, tal como os Hindus e os Gregos, privilegiavam a poesia e as sagas à História. Os Gregos porque segundo Aristóteles na sua Poética, a Poesia tende para o universal e a História para o particular. A narrativa oral, herança das orelhas e memória da boca, é um tesouro situado no centro da

sociedade timorense e seu memorial. Desde contos e lendas, citações e adágios de Timor, a matéria que estes padres abordaram é imensa. Estes padres, com o espírito científico até então estranho ao corpo eclesial, abordaram, para a nova catequese católica, línguas onde se pode sentir ainda hoje o eco de idades pretéritas.

Em Oé-Cússi para onde foi em 1941, o padre Norberto Augusto Parada deu aulas e aprendeu o dialeto local. Inserido no volume *Missões de Timor* pp. 552 a 568, com o título TIMOR, recolheu sobre Lifau estas notas: «Por volta dos séculos VII a VIII, chegaram às praias do «Mar de Gente» ou Lifau, cinco forasteiros oriundos do reino de Bé Háli, ou Fonte do Gondoeiro (Bé =água, ou fonte + háli=gondão, gondoeiro), pertencente à região chamada Bêlus, no centro da Ilha, virada ao sul. Esses forasteiros eram superiores aos restantes habitantes pela sua inteligência, elevada categoria e grande iniciativa. Segundo reza a tradição chamavam-se eles Tá´e Baria, Liulai Sila, Sombá´i Sila, Afó´an Sila e Bênu Sila, todos irmãos menos o primeiro. Não encontrando, por onde quer que passassem, nenhum poder constituído, voltaram novamente à sua terra de Bé-Háli, onde planejaram assenhorear-se definitivamente de toda a Ilha de Timor, dividindo-a entre si. Sentiam-se seguros do êxito, porque já estavam bem conhecedores da situação e da nula resistência que encontrariam por onde quer que passassem, quer fosse por leste ou por oeste. Acompanhados de um bom número de pessoas de família e armados de espadas, catanas, azagaias e punhais, suas armas tradicionais, lançaram-se à execução dos seus sonhos – tornaram-se senhores desta rica e bela Ilha – seguindo o caminho que conduz ao monte Mútis (Branco), onde acamparam e onde procederam à divisão da conquista. Feito o sorteio, a Bênu Sila, o mais novo de todos, coube a área virada ao norte que vai da ribeira Noé Fâel até à ribeira Loès, e, o que era mais importante, a nobre e rica cidade – Lifau. E assim se formou, aí pelos século VII e VIII da era cristã o reino de Bênu Sila, ou Ambênu (Am, ou âma-pai + Bênu=nome de pessoa) como ficou sendo mais conhecido e do qual faz menção a história das nossas descobertas, quando nos fala da Insulíndia, e cujo nome se encontra ainda gravado nos mapas geográficos da Ilha de Timor, quando se refere ao enclave, a saber: – Oé-Kussi–Ambénu.»

Embora estes dados visassem uma catequese e não a ciência em si mesma, constituem um documento de grande relevância para o

estudo das culturas na textura da nação timorense. Graças a esta recolha é possível compreendermos qual teria sido a matriz religiosa sobre a qual germinou o cristianismo em Timor. O vocábulo *Sila* (sânscrito *Shila* e pâli *Sila*) que está na origem do nome do reino de Silabão, significa mandamento e designa as regras éticas que regem a vida dos budistas. Para a aceitação da religião católica teve importância a tolerância das religiões ali presentes e também a semelhança com os ritos do budismo assim como o método das práticas sociais na penetração das sociedades locais pela construção de escolas e hospitais. Eduardo Lourenço, no seu comentário à *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto das Edições Afrodite, escreve: «O Cristianismo do século XVI é um Cristianismo que «foge» da Europa onde já não é viável senão como contrafação ou contradição insanável, para tentar «nova vida» nos sertões do Brasil, no Peru, no Oriente, na África.»

No início do Século XVI, a Ordem dos Pregadores tinha-se confrontado na Europa com a revolução religiosa. A Guerra dos Trinta Anos (1618/1648) que se seguiu às insurreições religiosas, teve por motivação, nos povos, a necessidade de alcançarem a liberdade religiosa; nos reis, o desejo de conservarem ou alcançarem a sua independência política. No sudeste asiático estas guerras tiveram como consequência a divisão de um imenso corpo formado por uma multidão de pequenas soberanias particulares em duas zonas de influência europeia: portuguesa-castelhana (católica) e holandesa (calvinista). Em 1639, Fr. António de S. Jacinto, como vigário da cristandade de Solor e Timor, deslocou para Timor o centro de atividade dos Pregadores de S. Domingos. Estando Portugal de novo independente, em carta dirigida em 1647 ao vice-rei da Índia, D. Filipe de Mascarenhas, João Calaça, capitão-mor de Solor e Timor, sobre a forma de impedir que os holandeses se estabelecessem em Timor, dizia de Fr. António de S. Jacinto: «...nem há cá outro religioso que possa fazer melhor e com todo o segredo esta guerra lenta.» Era uma estranha maneira de provarem a bondade da fé mas tal era a moral com que nesse tempo se afirmava a virilidade das crenças religiosas. O choque com o calvinismo dos holandeses foi cruel na medida em que não havia conciliação possível entre o antigo espírito de cruzada com que a Ordem dos Pregadores defendia os dogmas e as bases teológico-jurídicas do nosso império ultramarino e o espírito crítico em matéria de fé e de

realidade humana que permitia aos protestantes conseguirem ser filósofos sem deixarem de ser cristãos.

«Os reis de Portugal sempre pretenderam nesta conquista do Oriente, unir tanto os dous poderes espiritual e temporal, que em nenhum tempo se exercitasse, um sem o outro...», escreveu Diogo de Couto, na *Década* VI, 1.4, cap.7. O regime do padroado associava estreitamente o poder da Coroa à obra de evangelização. No período absolutista, a história era decidida por um rei inacessível, compreensível aos seus súbditos apenas através dos signos da sua vontade, sendo o estado de exceção a lei que organizava a Razão de Estado. Um príncipe cristão tinha o encargo das almas, sendo por isso responsável pela salvação das almas dos seus súbditos. O Estado controlava na origem todas as nomeações e toda a política religiosa através da Mesa da Consciência e Ordens. O instrumento de vigilância era a Inquisição criada em 1536. Era a Igreja que servia de suporte à cultura colonial. A criação de colégios e seminários estava vocacionada para a formação de sacerdotes. Nas terras distantes, os filhos da terra e os religiosos de S. Domingos, perante as urgências das necessidades, assumiam a autoridade política. Em *Voyage to New Holland in the year 1699*, o Capitão William Dampier escreveu sobre Timor: «A população dizia-se toda portuguesa e era por isso difícil distinguir os habitantes locais dos portugueses pois falavam português, consideravam o rei de Portugal como seu soberano mas não aceitavam nenhum oficial por ele mandado para lá. Falavam também o malaio e estavam prontos a pegar em todas as armas que tivessem à mão para lutarem contra as incursões dos Cupangayans (os holandeses de Cupão).» A visita de Dampier inscreve-se na política da aliança de Portugal com a Inglaterra. Guerreado pela Holanda e por Madrid, declarado rebelde pela Santa Sé que seguia a política da Coroa Espanhola, Portugal busca o apoio de Londres. Também Francisco Vieira de Figueiredo, na última carta que escreveu a el-rei a 26 de Maio de 1667, referindo-se à ilha de Timor, diz que os religiosos de S. Domingos não aceitavam por rei o rei de Portugal e botavam fora os capitães-mores para lá enviados. No conflito que estalara naquelas ilhas devido ao negócio do sândalo entre os dominicanos e Francisco Vieira de Figueiredo, António Hornay tomou o partido deste enquanto Mateus da Costa que reinava em Luca, empenhado na expansão da região dos Belos pela guerra, tomou o partido dos dominicanos. Com o objetivo de manterem sob

a soberania da Ordem o território de Timor, os dominicanos travavam as guerras de conquista com os reis timorenses fiéis. Não sabendo nem teologia nem exegese, a acessão destes reis ao cristianismo era uma simples adesão a quem bem armado servia à sua defesa, de modo que consoante as conjunturas convertiam-se ora a uma ora a outra das religiões ali em guerra.

O tempo em que os homens de poder e os homens de dinheiro exploravam o mundo ao acaso de expedições frutuosas chegou ao fim no século XVIII. Segundo Vitorino Magalhães Godinho, a partir deste século, com o Tratado de Methuen feito em 1703 com Cromwell, o império oceânico e comercial evolui e passa a ser também fundiário e agrícola. A força passa a fundar uma ordem. Segundo a teoria de Hobbes (1588-1679) então em voga, a legitimidade da força tem a sua origem na ilegitimidade de uma violência. A força constrói o círculo do Estado sobre três pontos que vão organizar a sociedade: os negócios, os poderosos e a uma ordem cuja certeza se representa num Deus mortal – o Rei. O poeta Manuel Maria Barbosa do Bocage que nesse século passou pela Índia e Macau, caracteriza assim essa ordem: «seis fortes, cem soldados, um tambor». Até essa data governaram Timor os frades de S. Domingos, os filhos da terra ou em coligação. O liurai de Viqueque, Mateus da Costa, governou de 1667 a 1673 tendo-lhe sucedido António Hornay até 1693. Mateus da Costa fez bom governo e manteve-se no cargo de capitão-mor até à sua morte em 1673. Em julho de 1701 chega a Lifau o Governador e Capitão Geral das Ilhas de Solor e Timor, António Coelho Guerreiro, até então secretário de estado do Vice-Rei do Estado da Índia, António Luiz da Câmara Coutinho. António Coelho Guerreiro iniciou a fase de governo-geral em que se lança a autoridade da Coroa, tornando efetiva a presença lusa no território de Timor. No Regimento que lhe foi dado se diz que «o católico zelo dos sereníssimos Reis de Portugal puseram debaixo do domínio da sua Coroa com o brasão do estandarte da fé a vasta gentildade que a ela se tem reduzido com o continuo desvelo e incessante Diligência dos operários da vinha do Senhor e nela se incluem as utilidades que se podem seguir daquelas ilhas a este Estado e a Real Fazenda de sua Majestade.» António Coelho Guerreiro estabeleceu em Lifau uma base militar e naval, criou a alfândega, estabeleceu as diferentes fontes de receita e fixou os direitos de entrada e saída dos produtos. Para a administração da justiça introduziu ouvidores. Segundo

o Regimento, só podia prover nestes ofícios pessoas portuguesas, a jurisdição das causas cíveis estaria sob a alçada do Governo das Ilhas, a apelação e agravo iria para a Relação da cidade de Goa.

Domingos da Costa expulsou, em 1697, o 1º governador das ilhas de Solor e Timor mas conseguiu de Goa a mercê de governar como capitão-mor as ilhas de Solor e Timor até à chegada de António Coelho Guerreiro. Nesta conjuntura, Domingos da Costa tomou medidas para o não deixar desembarcar. Humberto Leitão na sua obra *Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*, relata que em janeiro de 1702, António Coelho Guerreiro que levava cartas do vice-rei da Índia para Domingos da Costa, ao chegar a Solor onde queria procurar abrigo entre Adunara e Lomblem onde estavam os holandeses, foi impedido de desembarcar por Domingos da Costa. Prevenindo-se de um ataque das forças governamentais, Domingos da Costa enviou através dos padres uma carta ao Governador em que se confessava amigo do rei de Portugal mas não seu vassalo e em que manifestava a intenção de estabelecer uma república independente, podendo o monarca português usar o título de rei do novo estado, não ficando, porém, com direito a interferir nos seus negócios. O modelo apresentado por Domingos da Costa estava decalcado das ideias que levaram a que à unanimidade religiosa da cristandade sucedesse a diversidade dos Estados europeus pelo enfraquecimento do poder monárquico e consequente consolidação do Estado republicano. A República Neerlandesa, depois de uma guerra contra a Espanha que durou 40 anos, conheceu um impulso económico, político e cultural sem precedentes. Os Neerlandeses estavam convencidos de que devido à questão religiosa o seu comércio estava sujeito a violências que visavam não apenas os neerlandeses mas também aqueles que tentavam comerciar com eles. Apesar dos tratados de paz assinados entre Portugal e a República Neerlandesa, a beligerância continuava nas possessões portuguesas. Com base no estudo jurídico que a Companhia Holandesa das Índias Orientais encomendara a Hugo Grócio (1583-1654), os Estados Gerais concederam à Companhia o monopólio do seu comércio na Ásia. Hugo Grócio alegava na sua tese *Mare Liberum, sive de jure quod batavis competit ad Indianam Commercia dissertatio*, que as violências cometidas por portugueses contra neerlandeses constituíam uma violação do direito natural designadamente do direito de livre comércio e navegação. Indo contra a tradição que ditava que a

punição apenas competia aos reis como zeladores do direito natural, nas terras distantes, na ausência de um poder legítimo, cada um podia executar a lei em causa própria.

O Governador deu início ao ataque, mas uma vez derrotada a sua força, partiu para Lifau. Em Lifau achou a praia guarnecida com gente armada e bastante artilharia sob as ordens de Lourenço Lopes, cunhado de Domingos da Costa, tendo como aliado Fr. Manuel de Santo António. As fronteiras espirituais entre as duas religiões em luta em Timor revelavam-se permeáveis não apenas entre os filhos da terra como entre os dominicanos. Alguns quadros holandeses como Jam Thomazoon Dayman e Jan Hornay, tendo-se tornado católicos, desertaram para Larantuca. Longe dos fluxos económicos da mãe pátria, os dominicanos tinham que arranjar meios de subsistência trabalhando a terra ou comerciando a venda do sândalo com os holandeses do forte Concórdia em Cupão. A força rebelde, fazendo sinal de batalha para o Governador, avançou para os navios com 30 homens. Relutante em entabular negociações com o Governador, a conselho de Fr. Manuel, o tenente Lourenço Lopes recebeu o mensageiro que lhe entregou as cartas que o governador lhe enviara e que ele recusara. Lidas as cartas e perante a força militar do Governador, Fr. Manuel de Santo António mudou de campo. O Governador, a conselho de Fr. Manuel de Santo António, tendo prometido a Lourenço Lopes o posto de tenente-geral e o hábito de Cristo, Lourenço Lopes desistiu do ataque. A confusão foi imensa na força inimiga ao verem os seus chefes mudarem de campo. Para aliciar as suas tropas a juntarem-se-lhes, Fr. Manuel de Santo António arenga os soldados com palavras de ordem comuns entre as fileiras católicas a que junta as usadas entre as fileiras da Reforma pois entre os calvinistas lutava-se em nome da Razão e da Justiça. Findo o combate, o desembarque efetuou-se. Segundo as palavras de Humberto Leitão, foi assim que debaixo de fogo os religiosos de São Domingos, na pessoa de Fr. Manuel de Santo António, no dia 20 de fevereiro de 1702, fizeram ao Governador a entrega definitiva do poder temporal das ilhas de Solor e Timor que há longos anos vinham exercendo.

Perante a ameaça de invasão da província dos Belos por parte dos macaques e dos holandeses para se apossarem de Servião, a política do Governador vai no sentido de conciliar interesses e manter o território sob soberania portuguesa. No Arquivo Histórico Ultramarino, Timor,

caixa 1, doc. sem número, fls 1-2, consta a carta de 29 de setembro de 1703 em que António Coelho Guerreiro dá a relação dos presentes que na cerimónia de receção ofereceu aos liurais. Os liurais que foram objeto da sua atenção representavam o estado político da ilha então dividida em reinos que prestavam vassalagem a dois potentados: We-Háli ou Sonobay na parte ocidental e Luca na província dos Belos na parte Oriental. Eis a lista dos presentes: «Ao imperador Sonobay quando me veio visitar depois de o receber com a infantaria formada lhe dei um banquete, e saiu da minha casa vestido com uma casaca de brocado de china com alcachofres de ouro e prata, vestia calção de Primavera excelente, um chapéu de pastor guarnecido de uma toalhinha do pescoço com bordadura de ouro, e além disso, enquanto estive nesta praia lhe mandei alguns refrescos e doces, bolos castelhanos, biscoito e vinho; a D. Mateus da Costa, rei de Viqueque e cabo superior do arraial da Liga Real dos Bellos, mandei uma casaca de brocado com alcachofres de ouro e prata, uma vestia e calção de Primavera, uma toalhinha com bordas de ouro, um barrete de cetim bordado de ouro e seda. Dois coxins de veludo bordados de ouro, um bastão de prata dourado, uma espada de folha larga com seu punho de prata, um frasco de tabaco, um queijo grande inglês, alguns boiões de biscoito e doce e um pouquinho de chá porque muito mais que isso tem merecido pelo valor e lealdade com que serve a S. Majestade».

Os governadores, homens ali postos para conservarem o mundo segundo o espírito dos monarcas, tinham dificuldade em gerir o conflito entre o poder temporal e o eclesial na medida em que estavam estreitamente ligados. Conservando por algum tempo a estrutura e o vocabulário mental de uma hierarquia eclesiástica, a razão do Estado impunha a sua lei e fazia funcionar de um modo novo os antigos sistemas teológicos. Na opção pela ordem, as organizações cristãs eram reempregadas em função de uma ordem que elas já não determinavam. Na Revolta de Cailaco vão confrontar-se duas sociedades em que numa vigora o código teológico enquanto na outra vigora o código socioeconómico vigente nas sociedades modernas. Na busca de aliados, em 1719 reúnem-se na Casa de Camnace os chefes dos principais reinos de ambas as províncias. Depois da fuga do governador Melo de Castro para Batávia, governou até 1722, D. Fr. Manuel de Santo António. Nesta fase em que os conjurados mantinham ainda as diferenças religiosas, estala o conflito entre Domingos da Costa e o bispo na luta pelo governo

da ilha. Morto Domingos da Costa, depois de um longo interrogatório organizado pelo Governador António de Albuquerque Coelho que governou de 1722 a 1725, no qual depuseram inúmeros seculares e religiosos e até o próprio Comissário daquelas Cristandades, tendo sido acusado de zelo intempestivo, ambição desmedida de governar e procedimento subversivo, foi o bispo D. Fr. Manuel expulso para Macau.

Na carta que em abril de 1726 escreveu ao vice-rei da Índia, o governador António Moniz de Macedo que sucede a Albuquerque Coelho em 1725, tem dificuldade em identificar o inimigo. Quando o capitão-mor do campo, Joaquim de Matos, inicia a cobrança das fintas nos reinos de Servião, a revolta reacende-se. Tendo o rei dos Lamaquitos e o de Cailaco faltado à cerimónia de vassalagem, o Governador declarou-lhes guerra, dando o comando das operações a Gonçalo Magalhães de Meneses e Joaquim de Matos. Perante o ataque, os Lamaquitos dispersaram e os Cailacos que se entrincheiraram na catedral da sua alta montanha, cercados, resistiram combatendo. O estado de guerra vai prolongar-se até 1769.

Na sua aliança com as armas estrangeiras, os reinos deixaram o estado de autocracia e autarcia para entrarem no largo movimento das sociedades e das nações do mundo cristão. É a partir desta guerra que Timor se divide em duas unidades distintas: a província dos Belos sob soberania portuguesa e a do Servião sob soberania neerlandesa. Lifau sofreu várias investidas dos neerlandeses numa conjuntura em que os armadores de Macau detinham o senhorio da viagem de Timor. Devido à campanha contra o livre comércio promovida pelos bispos de Macau, Pequim e Nanquim, os neerlandeses, defensores do livre comércio, resolveram fechar o porto de Batávia aos navios portugueses que ficaram assim privados de parte dos lucros do negócio daquelas ilhas. Era muito difícil querer obter os lucros do comércio livre sem cair na ambição e na estratégia da VOC. Tomaram parte na luta contra os holandeses, o tenente-general Francisco Hornay, João Hornay e D. José de Alas. Quando em 1768 ali chegou o Governador António Teles de Menezes, achando a cidade sitiada por Francisco Hornay, em 1769 mudou a capital para Díli.

A província do Servião que passou para o domínio holandês ficou integrada numa identidade multiforme. A guerra de Cailaco tinha vincado nos seus povos a consciência de pertença a uma comunidade dotada de uma natureza regional. A par da ideia ainda embrionária de

nação como instrumento a utilizar para estabelecer uma dominação política, os descendentes dos portugueses e os filhos da terra, ao seguirem uma estratégia de defesa dos interesses próprios, organizaram-se como classe dirigente. A ideia de nacionalidade é um edifício que assenta a sua base numa construção moral, base feita do sofrimento dos povos e da virtude dos seus homens de guerra e soldados, dos seus líderes religiosos e políticos que na imensa refrega em que estavam envolvidos não se deram certamente conta do alcance dos seus atos.

Ao contrário dos holandeses que negligenciaram o fator língua, o sistema lusitano de fixação incluía a expansão da língua portuguesa. Cada homem é o elo de uma cadeia que liga os antigos aos vindouros. Só através de uma comunidade de vivos e de mortos é que as nações alcançam a sua perenidade histórica. Com a alvorada do 25 de Abril de 1974, os Timorenses puderam, em liberdade, tornar concreta a sua fé na liberdade coletiva. Os povos, diversos nas línguas, costumes e crenças que integraram a CPLP, partilham do que podemos chamar uma «estrutura de sentimento» e de pertença a um espaço comum de Língua e de História. A Comemoração de cinco centúrias de relacionamento entre Portugal e Timor-Leste, confirma o dinamismo que esse relacionamento imprime à nação timorense.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BENJAMIM, Walter, Teses sobre o Conceito de História. In: Obras Escolhidas, vol. I, trad. S. P. Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 226.
- BOXER, Charles. O Império Marítimo Português, 1415-1825. Lisboa: Edições 70, 2005.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, Les Finances de l'État Portugais des Indes Orientales, (1517-1635). Paris: Fondation Gulbenkian, 1982;
- LEITÃO, Humberto. Os Portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702. Lisboa: 1948.
- MATOS, Artur Teodoro de, Timor-Português (1515-1769). Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, Instituto histórico Infante D. Henrique, 1974.
- MORAIS, A. Faria de, Solor e Timor: Documento Sarzedas, pp. 138-169.
- SÁ, Artur Basílio de. A Planta de Cailaco. Agência Geral das Colónias, 1949.
- SÁ, Artur Basílio, Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente, vol. 2.º, 3.º, 5.º e 6.º. Instituto de Investigação Científica Tropical.
- SOUSA, Frei Luís, História de S. Domingos, vol. IV, liv. IV, cap. XV.
- THOMAZ, Luís Filipe, História dos Portugueses no Extremo Oriente. Macau e Timor, Vols. I, II. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.